

procura massiva pelo Poder Judiciário, fenômeno conhecido como judicialização da saúde. Nesse contexto, os órgãos envolvidos na garantia do Direito à Saúde no Estado de Minas Gerais (Tribunal de Justiça, Ministério Público, Defensoria Pública, Secretaria de Estado da Saúde e Escola de Saúde Pública) estabeleceram um Termo de Cooperação Técnica a fim de se promover o diálogo interinstitucional e se qualificar os processos de tomada de decisão pelos envolvidos. Um dos produtos definidos foi a realização de uma pesquisa, cuja primeira etapa envolveu a aplicação de questionários aos discentes do Curso de Especialização em Direito Sanitário da Escola de Saúde (N = 39), uma vez que a turma é constituída de representantes das instituições signatárias do referido Termo de Cooperação Técnica. Buscou-se conhecer o perfil desses atores, verificar as informações que seriam importantes para a tomada de decisões em seus processos de trabalho e as informações disponíveis em cada esfera, que poderão subsidiar as discussões e decisões das demais instituições. Entre os respondentes (n = 30), a maioria (67%) relatou que sempre atua, em seu cotidiano de trabalho, com questões que envolvem o Direito Sanitário e/ou processos judiciais em saúde e 13% relatou que atua somente com essas questões. Quanto à procura e troca de informações entre instituições e profissionais envolvidos com a garantia do Direito à Saúde, verificou-se que 57% costumam entrar em contato com pessoas de outros órgãos para esclarecer dúvidas ou discutir casos e obtêm retorno satisfatório na maioria das vezes; 20% relataram que tentam entrar em contato, mas não conseguiram obter retorno satisfatório e 67% já foram procurados por pessoas de outras instituições. Paralelamente, os resultados indicaram que a questão mais relevante para a tomada de decisão pelos respondentes é a garantia do direito à saúde, independente de quem é o autor, sua situação econômica e qual é o impacto orçamentário para o poder público, tendo em vista que o tipo de informação considerado mais importante para tomada de decisão foi o pedido e a sentença, em detrimento do perfil do autor e de questões do orçamento ou fiscais dos entes. Espera-se que os resultados da pesquisa possam contribuir para o compartilhamento de informações e tomada de de-

cisões pelos atores integrantes das instituições e, assim, qualificar a atuação dos parceiros na busca pelo Direito à Saúde.

O CONCEITO PROMOÇÃO DA/EM/À SAÚDE NO BRASIL: UMA REVISÃO INTEGRATIVA, DE 2006 A 2015

Rafael Cerva Melo; Rafaele Garcia Sonaglio; Júlia Schvarstzhaupt Lumertz; Cristianne Maria Famer Rocha

Brasil

Introdução: Promoção da saúde é descrita como uma estratégia político-ético-sanitária com o objetivo de empoderar os indivíduos, oportunizando aos mesmos informações a respeito de sua saúde e abrangendo diferentes fatores, como alimentação, habitação, saneamento, trabalho, ambiente escolar e familiar, apoio social, entre outros aspectos relacionados aos cuidados com a saúde. Nosso objetivo, com este texto, é identificar e analisar os diferentes conceitos de promoção da/em/à saúde, no Brasil, presentes na literatura científica nacional. **Metodologia:** Trata-se de um estudo do tipo revisão integrativa (RI) da literatura. Foi utilizada a base de dados SciELO (Scientific Electronic Library Online) para a seleção de artigos, na língua portuguesa, completos e de livre acesso, publicados no período de 2006 a 2015. O ano de 2006 foi escolhido como início da busca por ser o ano de publicação da primeira versão da Política Nacional de Promoção da Saúde. Foi elaborado um instrumento de coleta de dados com as seguintes informações: título do artigo, autores, descritores, periódico, ano de publicação, objeto/tema, objetivo geral, abordagem metodológica e principais resultados. Após a organização dos dados coletados, foi realizada análise quantitativa simples e interpretação dos resultados. **Resultados:** Foram pré-selecionados 728 artigos. Desses, foram selecionados 157, a partir da leitura dos resumos, pois os demais não atendiam ao objetivo indicado. A maior parte dos artigos selecionados foram publicados na Revista Ciência & Saúde Coletiva (cerca de 16%), seguida da Saúde e Sociedade (14%) e da Texto e Contexto de Enfermagem (11%). Os artigos evidenciaram uma pluralidade de conceitos sobre Promoção. Ora se aproximam mais das vertentes

internacionais, com forte influência das Declarações de Otawa e Alma-ata, ora evidenciam a influência da Política Nacional de Promoção da Saúde. Os estudos que apresentam experiências práticas em serviços de saúde, na maioria das vezes, relatam estratégias de educação e prevenção de agravos. Conclusões: Este estudo revelou um panorama amplo dos temas relacionados ao conceito de Promoção da Saúde, no Brasil. A maior densidade das publicações, no entanto, ainda está relacionada às práticas preventivas. Diante disso, faz-se necessário avançar nos debates sobre a Promoção da Saúde, principalmente no cotidiano dos serviços de saúde.

O FISIOTERAPEUTA NA PREVENÇÃO SECUNDÁRIA DAS SEQUELAS DE ACIDENTE VASCULAR CEREBRAL

Carol Sabrine Grochowski; Renata Campos; Malu Cristina de Araujo Montoro Lima

Brasil

Com o aumento da população idosa no Brasil, as políticas públicas de saúde vêm se preocupando em relação à prevenção e a promoção de saúde, visto que as Doenças Crônicas não Transmissíveis (DCNT) estão entre as principais causas de mortalidade e morbidade do mundo. O Acidente Vascular Cerebral (AVC) apresenta alta prevalência, cerca de 90% dos sobreviventes do AVC desenvolveram algum tipo de sequela. O Fisioterapeuta é agregado na atenção primária através do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF), com o objetivo de promover saúde. A atuação do fisioterapeuta na prevenção secundária do AVC ocorre através da educação em saúde para que o indivíduo e o cuidador saibam lidar com as sequelas instaladas, a reabilitação para a prevenção de deformidades e manutenção da função física. Essa pesquisa teve o objetivo de identificar o fluxo de ações de controle aos agravos à saúde e identificar o papel do fisioterapeuta na prevenção secundária dos indivíduos com sequelas de AVC em um município do Planalto Norte Catarinense. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade do Contestado sob o parecer 573.902. A coleta de dados foi realizada com entrevistas semi-estruturadas na Clínica Municipal de Reabilitação, setor de Vigilância Epidemiológica, Secretária de Saúde para coleta

de informações. Não existe nenhuma assistência ao indivíduo com sequela de AVC na prevenção secundária ou de promoção de saúde. Existem reuniões mensais dos grupos de hipertensos e diabéticos nas ESF porém pela dificuldade de transporte e locomoção geralmente não participam. O fisioterapeuta atua somente na reabilitação e não há ações na prevenção secundária e nenhum programa contínuo de educação, orientação e prevenção de futuras sequelas. O atendimento ambulatorial é realizado na Clínica de Reabilitação Municipal com direito somente a 10 sessões, e quando acabam há o encaminhamento para o médico e solicita-se nova guia de fisioterapia. A farmácia do SUS doa a maioria dos medicamentos para comorbidades. Conclui-se que não existem ações específicas para este grupo de indivíduos com sequelas de AVC, sendo limitadas à assistência das sequelas instaladas e ao controle dos fatores de risco de DCNT. O Fisioterapeuta tem papel importante na saúde coletiva, mas ainda tem ação focada no assistencialismo, contudo, tem potencial contribuição na atenção primária com a viabilidade de soluções e programas voltados aos indivíduos com sequelas de AVC.

OBESIDADE E MUNDO DO TRABALHO

Ana Paulo Antero Lôbo; Vanina Tereza Barbosa Lopes; Carlos Antonio Bruno da Silva; Marilene Calderaro Munguba; Tereza Glaucia Rocha Matos

Brasil

As políticas de saúde do Brasil preconizam a assistência integral às pessoas com foco na promoção da saúde. No entanto, as transformações socioeconômicas, políticas e culturais, a despeito dos avanços, têm contribuído como fatores de risco para o desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis, como por exemplo, a obesidade. A cirurgia bariátrica caracteriza-se como uma estratégia no combate à obesidade mórbida, sendo o tratamento escolhido, muitas vezes, em resposta a várias tentativas fracassadas dos demais procedimentos de terapia. Essa enfermidade interfere nos diversos contextos de vida dessas pessoas, sendo, o mundo do trabalho, reconhecido recurso de sustentabilidade e/ou adoecimento, uma das áreas afetadas. Este estudo buscou refletir sobre obesidade e trabalho na vida de homens que vão se submeter à cirurgia bariátrica.